



---

**Coimbra... ou o inverso! Cidade, planos e etapas do seu planeamento urbano**

**Autor(es):** Cardielos, João Paulo

**Publicado por:** Editorial do Departamento de Arquitectura

**URL persistente:** URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37450>

**DOI:** DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168\\_3\\_5](http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168_3_5)

**Accessed :** 12-Sep-2017 16:42:10

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



ecdj

3

fctuc | departamento de arquitectura

## novos mapas para velhas cidades

workshop internacional de arquitectura

projectos

guido giangregorio | walter rossa  
ruí lobo | álvaro domingues | nuno grande  
joão paulo cardielos | josé antónio bandeirinha

coimbra: um novo mapa [16 a 25 de novembro]

manuel graça dias | margueira  
manuel fernandes de sá | marginal do douro  
antónio belém lima | vila real

editores jorge figueira + nuno grande



novembro 2000

## [coimbra... ou o inverso! cidade, planos e etapas do seu planeamento urbano ]

joão paulo cardielos

Escrever sobre Coimbra e os seus planos constituía-se como solicitação ampla e aberta, proporcionando múltiplas hipóteses de abordagem. Desenhar a opção de resposta face a um enquadramento operativo, no âmbito da iniciativa que justifica esta publicação<sup>(1)</sup>, resultou naturalmente de uma reflexão alargada em que a cidade, os planos e os seus autores, os resultados encontrados e a realidade da gestão urbanística quotidiana, não podiam ser separados.

- > Tratando-se de uma cidade antiga e tradicionalmente importante - terceira no sistema urbano nacional ainda há apenas algumas escassas décadas - num quadro geo-político e estratégico que já não se desenha<sup>(2)</sup>, Coimbra foi alvo, ao longo da sua história urbana, de inúmeras iniciativas reconfiguradoras, algumas das quais bastante significativas<sup>(3)</sup>.
- > Estranhamente, o notável crescimento que justificou em Portugal desde meados do séc. XIX, a necessidade e obrigatoriedade de uma planificação urbana<sup>(4)</sup>, não encontrou na cidade um eco que motivasse especial empenhamento na sua transformação controlada, em total assintonia com o estatuto e a reputação de cidade de primeira grandeza. Talvez o facto se deva à cristalização que muito tardiamente se fazia ainda sentir, em resultado do imenso poder e das pressões, alternadamente reformistas e conservacionistas, das instituições religiosas aqui estabelecidas - associadas a uma significativa transferência de poderes, competências e propriedades, aquando da extinção das ordens religiosas, para os colégios e a Universidade - criando um centro decisório alternativo, com reflexos ainda sensíveis no actual equilíbrio de poderes.
- > Com o advento recente da democracia, desde 1974, e dos poderes administrativos autárquicos, que progressivamente foram reclamando responsabilidades e competências que não cabe aqui avaliar, foi-se forçando uma descentralização decisória que se opõe sistematicamente ao poder central e aos seus serviços satélites, que a Universidade de Coimbra integrava até há bem pouco tempo, e à recém estabelecida "autonomia administrativa".

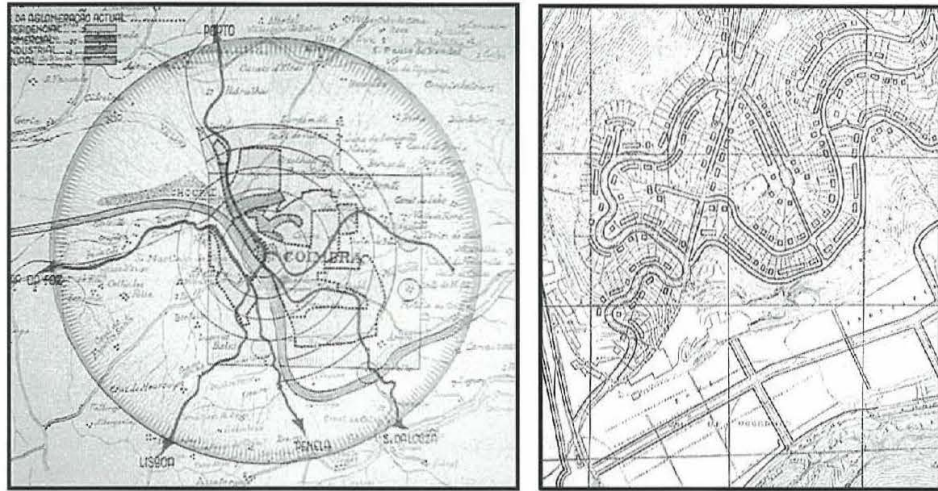
- > Mas o poder central não esqueceu a cidade e, desde finais de século passado, ela foi conhecendo as sucessivas etapas da experiência de planificação urbanística<sup>(6)</sup> que o Estado ia proporcionando ao país.
- > Sucederam-se assim cinco momentos principais, marcados por outros tantos planos, que constituem a marca dos diversos contextos históricos e sócio-políticos que lhes deram origem. A actualidade remata este último quadro do planeamento da cidade, que não sendo exemplo isolado reflecte de algum modo a falta de preparação técnica e um grande afastamento do debate científico, que nesta matéria distingue o discurso político, tantas vezes tentadoramente enganador, face a uma realidade que se não deixa já iludir com as acções isoladas e mal preparadas de uma gestão desconcertada.  
A ausência de uma real integração de ideias, programas, estratégias, recursos e obras, revela-se esclarecedora no desenho urbano.
- > 1. Como cidade referência no sistema urbano nacional Coimbra herdou, de um ponto de vista meramente quantitativo, uma experiência de planeamento notável. Contudo, esta realidade excepcional, de um completo preenchimento das várias etapas do planeamento urbano recente - entenda-se contemporâneo - revela-se hoje enganadora face a uma realidade que pouco ou nada beneficiou deste imenso esforço técnico-profissional. Envolvendo alguns dos mais sonantes nomes do panorama urbanístico a actuarem no país, a cidade reflecte uma grande desarticulação, onde concepções distintas, uma topografia complexa e uma gestão indiferente, marcaram definitivamente um território de desenvolvimento difícil, grande crescimento e urbanização selvagem e desenfreada, e de desenho imperceptível ou quase totalmente inexistente.
- > Paradoxalmente, a experiência inovadora e progressista que acompanhou o crescimento e desenvolvimento da primeira cidade universitária portuguesa nunca a abandonou, e às experiências precursoras da Rua da Sofia e dos novos Colégios, ou da renovação pombalina da "Alta Universitária", sucederam-se não menos importantes exercícios de planeamento urbano civil. Ainda hoje, e à luz de uma reforma "recente" da mesma "Alta Universitária", pelo Estado português a partir dos finais da década de trinta, ou das mais recentes expansões em novos pólos, de que a expansão sul - Pólo II - constitui desenvolvimento urbano referencial, se percebe a importância, e simultânea excepção e marginalidade, que separam o planeamento da universidade do planeamento da cidade.
- > Esta modelação sucessiva, por justaposição de "projectos estanques", somatório de modelos, concepções e autores, revela-se um conjunto simultaneamente desanimador e, precisamente por isso mesmo, tecnicamente estimulante.  
A inexistência quase absoluta de uma "cidade clássica", de raiz moderna e oitocentista, capaz de agregar e reformular as contribuições medievais anteriores e os novos desenvolvimentos, marca em absoluto os dois principais momentos urbanos: por um lado a "Alta" acastelada e a "Baixinha" comercial que se constituíram como cidade total até ao advento do presente século;

por outro, as expansões exteriores aos dois núcleos referidos - já profundamente marcados pelas deslocações dos colégios, que não cumpre aqui apreciar - que em crescimento lento, mas contínuo e seguro, se apropriaram de todos os espaços envolventes, sobretudo após a expropriação que no final do século XVIII veio libertar as propriedades das ordens eclesiásticas - muito marcantes na cidade - das suas cercas, que tanto a espartilhavam.

- > Em consequência directa, um rápido alastrar em "mancha de óleo" pelo território imediato, sobre as principais vias de acesso e as encostas melhor expostas e localizadas. O século XX acrescentou densidade, modificou as técnicas e as tipologias construídas e, por fim, foi perdendo alguns dos critérios qualitativos que referenciavam os crescimentos anteriores, ocupando já sem qualquer princípio os espaços intersticiais.
  
- > 2. Não foi, contudo, a ausência de regras disponíveis ou de princípios reguladores, que pactuou com este crescimento aleatório. Os projectos e os planos sucederam-se e só a sistemática desadequação dos mesmos às realidades locais pode explicar a cidade presente.
- > Quando o Estado, legislador, recomendava em 1864 a preparação dos primeiros planos urbanísticos nacionais - vocacionados para a correcção pontual ou extensiva de alguns problemas das principais áreas metropolitanas - quase sem qualquer impacto real na experiência urbanística portuguesa, Coimbra, como Lisboa e o Porto, experimentava então o esforço solicitado de "embelezamento e melhoramento urbano" que lhe era pedido. A Avenida Sá da Bandeira surge neste contexto jurídico, da anterior publicação, em Janeiro de 1865, do Decreto-Lei que configura os "Planos Gerais de Melhoramentos", sendo exercício tardio de articulação da cidade medieval com a cidade nova - e com as povoações e expansões que delimitavam a sua coroa exterior - para onde apontava novos arruamentos. Com regras de desenho e remates bem definidos, utilizando a cerca liberta do Mosteiro de S.<sup>ta</sup> Cruz, vai ligar o Jardim da Sereia, dos antigos monges, à baixinha comercial e ao centro administrativo (não completamente). O projecto reflecte já então uma postura informada, onde o modelo importado do "boulevard haussmaniano" se percebe distintamente. Em paralelo, as intervenções de criação do novo Parque Urbano, junto ao rio, e a construção da Estação Central, podem rever-se como parte desta estratégia urbanística.
- > A dimensão extensivamente planeada da cidade estava, no entanto, reservada para a etapa seguinte, já em finais dos anos trinta, pela mão do então Ministro das Obras Públicas, Eng. Duarte Pacheco.
  
- > 3. Depois de legislar de novo, em 1934, agora sobre "Planos Gerais de Urbanização", num primeiro mandato e com o auxílio de Alfred Agache, ele convida outros mestres urbanistas da escola parisiense, e do Instituto de Urbanismo, e vai impô-los por modelo administrativo, obrigando as cidades a um enorme esforço sistemático que, no final, se pode considerar coroado de êxito<sup>(6)</sup>.

- > Partia-se da total ausência de quadros técnicos ou levantamentos topográficos, para uma nova etapa que vai definitivamente marcar a consciência do planeamento nacional, destacando-se como um dos mais relevantes momentos do planeamento europeu, pelo menos em termos quantitativos<sup>7)</sup>.
- > Chega assim a Portugal e a Coimbra (em 1938) Etienne de Gröer, sendo a segunda escolha do ministro que, agora em segundo mandato, perdera A. Agache. O urbanista, antigo colaborador daquele, vai ser um dos mais importantes percussores e mentores do novo “urbanismo português”, que o Estado Novo vai promover. Transporta com ele uma ideia de síntese informada, talvez menos abrangente do que a de Agache, mas certamente mais determinada nos modelos e concepções adoptados. Sendo homem cuja experiência de vida e nacionalidade são complexas<sup>8)</sup> - polaco de origem, russo de formação e, por adopção, francês e português - detém uma sólida formação académica pelas escolas russa e francesa, sendo experiente e culto de um modo vagamente culturalista. Vai ensaiar no plano de 1940, para Coimbra, a sua convicção modelar de uma cidade-jardim, em contexto totalmente adverso.
- > Este primeiro grande plano urbanístico para “Urbanização, Embelezamento e Extensão” da cidade de Coimbra - como foi mais tarde oficialmente designado, aquando da sua aprovação final em 1948 - é ambicioso e verdadeiramente reformador, esbarrando desde logo com a realidade socio-económica local e com a marginalidade universitária, que o Estado português retira do processo - ou o urbanista, para evitar pronunciar-se sobre a atitude que se desenha, perante o património construído e arqueológico afectado pela intervenção entregando a encomenda a um outro projectista.
- > O plano afirma, curiosamente, um conhecimento completo das ideias iniciais do projecto para as cidades-jardim, que denota aprendizagem anterior à divulgação que se vai vulgarizar em França - onde impera a ideia de bairro ou extensão pontual e controlada - e vai aplicá-la com rigor, levando o conceito à extensão em núcleos satélites, sobre povoações ou núcleos exteriores preexistentes. Conjuntamente, a ideia de moradia unifamiliar em lote amplo e a exigência infra-estrutural pesada, para uma adaptação do modelo à topografia difícil, vão condenar a aplicabilidade e o sucesso deste plano, que transportava ainda uma síntese exemplar da revisão crítica da cidade clássica oitocentista e uma pertinente assimilação do movimento “City Beautiful”, que se ia tornando conhecido a partir da divulgação da experiência americana.
- > Metodologicamente, a atitude do urbanista será inquestionável, no cuidado, rigor e pertinência do suporte teórico e estatístico que justifica cada imposição regulamentar ou desenhada.
- > Aqui, os quase exclusivos desenhos planimétricos, em escalas variadas e com algumas incursões de pormenor, na escala 1:1000, a que se associa a representação da solução para a proposta Avenida de Santa Cruz, são reveladores de uma consciência da etapação possível do planeamento e da necessidade de um tratamento adicional da forma urbana, possivelmente herdada da experiência francesa de M. Poéte e seus correligionários.

- Também a proposta vincada e conscientemente zonada, do ponto de vista funcional, coloca Gröer no quadro do conhecimento sincrónico da vanguarda do planeamento germânico.
- > É pois de um arquitecto-urbanista tecnicamente sólido e seguro que nos dá notícia este primeiro plano integral para a cidade!



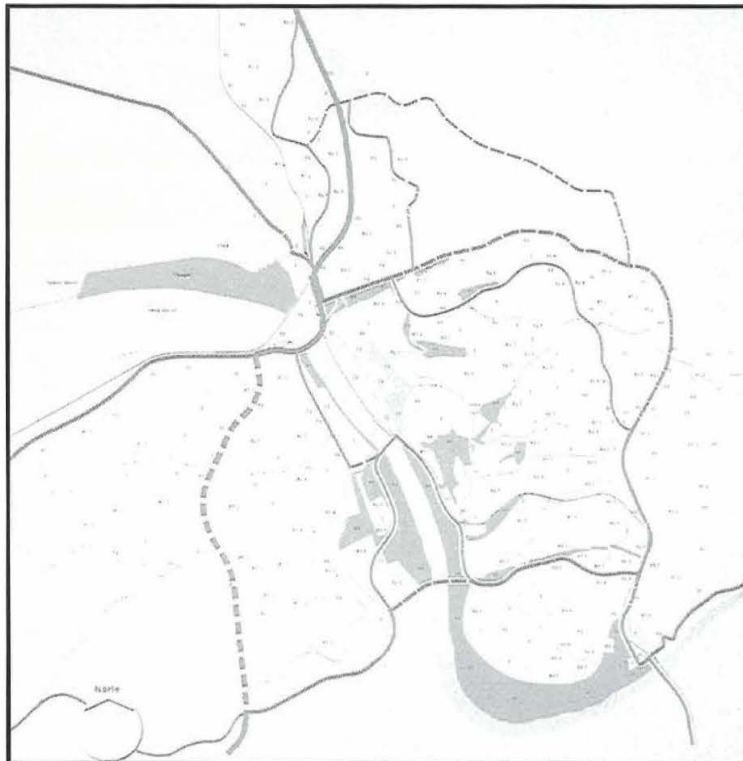
- > 4. A necessidade de adequação do plano de Gröer, que se revela necessária quase à partida pelo desajuste à realidade, vai encontrar em Antão de Almeida Garrett o continuador, para duas revisões sucessivas, de 1957 e 59 (preparadas entre 1951 e 1959), que reconhecendo as principais dificuldades do plano anterior redimensiona cadastros, corrige e articula novas ligações e clarifica necessidades de modificação infra-estrutural, que nalguns casos são ainda hoje apontadas como necessárias. Dez anos depois de Gröer, o Eng. Garrett pretende oferecer mais ainda, em espaço industrial, em bairros residenciais, em capacidade construtiva e diversidade tipológica, sem contudo alterar substancialmente a matriz original. Reforçavam-se as ideias de higienismo e embelezamento mas, paradoxalmente, a informação sobre o desenho das soluções formais começava a escassear.
- > Ao evoluir do quadro político e legislativo, e da orientação ministerial - sem Duarte Pacheco desde 1943, agora substituído por Cancela de Abreu - o urbanismo português cai num impasse determinativo, pela conversão dos planos em ante-planos (1946), com a subsequente perda de valor e capacidade de vínculo. Também, por razões diversas mas associadas, a qualidade da encomenda e das respostas técnicas começa a degradar-se.
- > Sucede à falta de objectividade e clareza a inutilidade instrumental dos planos que, de um modo geral, são juridicamente desvalorizados!

- > 5. Esta ambiguidade instalada vai abrir caminho para uma nova tentativa, de novo perscrutora, em Coimbra. O plano, de que é autor o Eng. Costa Lobo, é por ele designado de plano de gestão, e revela a ambição de uma operacionalidade ainda não encontrada.  
Este Plano Geral de Urbanização, terminado em 1974, assenta na expressa necessidade de um conhecimento alargado da situação global do concelho, que vai ser alvo de um estudo primeiro e de algum modo simultâneo, concluído como plano concelhio - figura de plano inexistente - em 1970.
- > A metodologia, o modelo formal e a encomenda são inovadores, já à sombra de uma mudança política que se adivinha. Os resultados são diversos na apresentação e conteúdos, revelando como novas, atitudes que nalguns casos se mostravam implícitas nos planos anteriores. É, contudo, determinativo de forma clara e radical, recorrendo acima de tudo a índices de majoração da capacidade construtiva, que se revelam polémicos, tornando-o porventura o mais contestado de todos os planos para a cidade<sup>(9)</sup>.
- > A caminho da democracia, que acabará por apanhar o plano da cidade em fase de conclusão para posterior apreciação, urge compreender as novas responsabilidades administrativas e os meios disponíveis (ou indisponíveis) para operar essa reforma. Se o plano de zonamento funcional havia sido já experimentado, o novo controlo por recurso a rígidos limitadores máximos, em índices que percorrem toda a extensão urbana e concelhia, surge numa aparente antecipação ao seguinte modelo legislativo.
- > 6. A legislação de 1982 - que introduz o Plano Director Municipal - vem consagrar definitivamente a gestão concelhia como modelo de planeamento, que assim se alarga à totalidade do território nacional, alheando-se definitivamente dos instrumentos de desenho que até então o acompanhavam - em maior ou menor dose, ao sabor da formação e convicção dos urbanistas - e que muito auxiliavam ao esforço de controlo administrativo e gestão do território urbano municipal, permitindo uma fácil aproximação visual, por simulação, das realidades futuras em proposta.
- > A estrutura municipal passa agora a assegurar internamente a resposta, num modelo de planeamento administrativo e tecnocrático, onde já sob a formulação legislativa de 1990 se associam planos concelhios, planos parciais de urbanização, e de pormenor - PDM, PU e PP, sob o dec.-lei 69/90 - que procuram servir antes de mais os interesses políticos da gestão. A aprovação superior e o acompanhamento da realização dos novos planos de urbanização, progressivamente mais difícil e demorada, vai atrasar a aprovação do actual plano, em vigor, para 1995.
- > O somatório de todos os planos existentes, aprovados ou não superiormente, bem como a sua coordenação e articulação, são hoje merecedores de uma apreciação e avaliação críticas que só poderão decorrer de uma ampla e rigorosa divulgação dos mesmos. Tal não acontece desde a publicação do plano de Gröer e a ambígua publicação do Plano Director Municipal em 1993<sup>(10)</sup>, associa documentos diversos e quase sempre

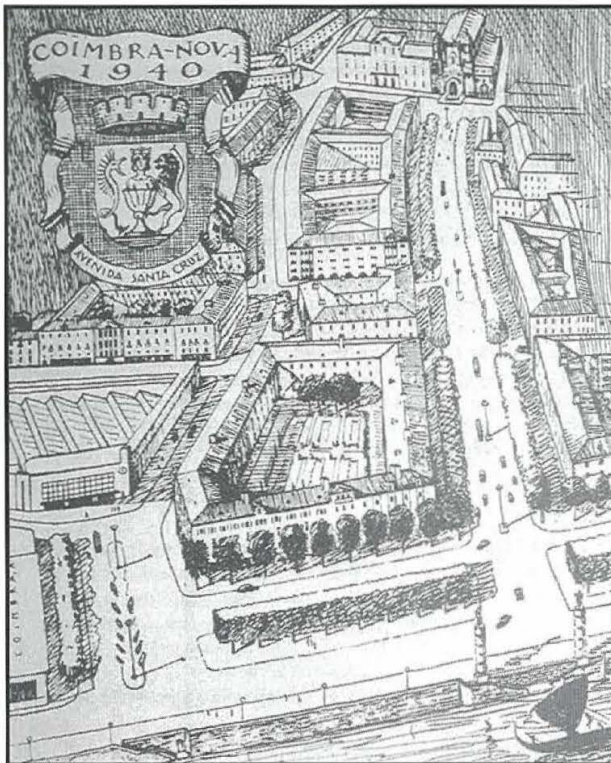


não aprovados, quer pela própria Câmara quer pelo Ministério da tutela, confundindo valências.

- > 7. A cidade planeada resulta numa amálgama de exercícios de que o desenho se foi progressivamente afastando. Se alguns estudos ou projectos pontualmente o consagram, a não execução ou concretização dos mesmos, e das obras que prevêem, permite esquecê-lo. Nos planos mais recentes, de Costa Lobo e dos serviços técnicos do município - de algum modo também nos anteriores - remete-se sempre a imagem urbana para planos de pormenor que raramente o são, onde os desenhos, que surgem como esboços ou maquetas de pequenos fragmentos urbanos, soltos e desarticulados, são portanto inúteis, sobretudo se nos colocamos numa perspectiva de gestão, onde se impõem como necessárias à objectividade e clareza.
- > Dos fundamentos e intenções herda-se um programa rico, até agora pouco desenvolvido: do estabelecimento de uma renovada relação com o Mondego; da construção do "Plano Verde", sugerido por Costa Lobo e estudado parcialmente por reputados paisagistas, sem continuidade prática; de uma necessária recuperação e revitalização das áreas centrais, a miscigenar funcionalmente já desde Garrett; de uma urgente requalificação das periferias; afinal, de um sem número de discursos que se banalizam num amplo leque de intenções urbanísticas mais ou menos vulgares. Imperiosa, pela excepcionalidade de valores envolvidos, a valorização do imenso espólio monumental, arqueológico e arquitectónico, que se pode constituir como superior mais-valia.



- > 8. A transição de um modelo de planeamento ou urbanismo de Estado, para um outro supostamente municipal e democrático, não encontrado, que se revela tecnocrático e administrativo, coloca Coimbra num paralelo comum à maioria das cidades portuguesas, das quais se distingue cada vez menos, quantitativa ou qualitativamente. A universidade e o património construído adivinham-se como principais indutores da tão necessária especialização, que pode garantir a diferença.
- > A necessidade evidente do desenho - apanágio de um planeamento projectado de urbanistas-arquitectos, que estiveram praticamente ausentes na experiência urbanística recente da Coimbra contemporânea - é a arma alternativa a uma gestão baseada em quantitativos limite, que se poderá constituir, aparentemente, como importante hipótese redentora de significados e significantes urbanos de memória já longínqua.



- (1) Workshop: Coimbra>Um novo mapa
- (2) Ver a este propósito a recente entrevista de Jorge Figueira "Ok #Técnico (Alexandre Alves Costa vs Gonçalo Byrne)", in ECDJ 2, eldlarq, fctuc departamento de arquitectura, Coimbra, 2000, pág.98.
- (3) Não será despropositado referir as várias intervenções que marcam as sucessivas renovações dos espaços universitários, desde a Rua da Sofia às intervenções do Estado Novo, na Alta Universitária.
- (4) Ler sobre este assunto "Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco", de Margarida Souza Lôbo, co-edição DGOTDU e FAUPpublicações, Porto, 1995.
- (5) Sobre a etapização dos primeiros planos de urbanização de Coimbra é indispensável a consulta do estudo de Lusitano dos Santos, Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra, publicado pelo Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, 1983.
- (6) Ver sobre o assunto a obra já citada, de Margarida Souza Lôbo, pág. 40.
- (7) Idem pág(s). 145, 219 e seguintes.
- (8) Ver de Lusitano dos Santos, Etienne de Grøer, In separata da revista Munda 2, Coimbra 1981.
- (9) Lusitano dos Santos, In Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra, em edição do Museu Nacional Machado de Castro de 1983.
- (10) AAVV.Revista Ecdj 2, edição eldlarq, fctuc departamento de arquitectura, Coimbra, 2000.

Bibliografia:

- AAVV.Revista Ecdj 2, edição eldlarq, fctuc departamento de arquitectura, Coimbra, 2000.
- Antão de Almeida Garrett, Memória do Plano Regulador da Cidade de Coimbra, Coimbra, 1955?
- Domingos Tavares, Um plano para a alta do fim do século XX, in A Alta De Volta, eldlarq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 1997.
- Etienne De Grøer, Anteprojecto de urbanização, de embelezamento e de extensão da cidade de Coimbra, tradução do arquitecto urbanista David Moreira da Silva, ed. Da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1948.
- Pedro Dias, Coimbra Arte e História, porto, 1983.
- Lusitano dos Santos, Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra, edição do Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, 1983.
- Etienne de Grøer. Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos anos 40, separata da revista Munda 2, Coimbra 1981.
- Manuel L. Costa Lobo, Peças escritas do Plano Geral de Urbanização da Cidade de Coimbra, Coimbra, 1974.
- Margarida Souza Lôbo, Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco, co-edição DGOTDU e FAUPpublicações, Porto, 1995.
- Rui Pedro Lobo, Os Colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano, eldlarq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 1999.
- Walter Rossa, A cidade portuguesa, In História da Arte Portuguesa, dir. Paulo Pereira, vol. 3, Ed. Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.